

PARECER N.º 129/CITE/2023

Assunto: Parecer prévio à recusa de pedido de autorização de trabalho em regime de horário flexível de trabalhadora com responsabilidades familiares, nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.

Processo n.º 467-FH/2023

I – OBJETO

1.1. Em 26.01.2023 a CITE recebeu da entidade empregadora ..., pedido de emissão de parecer prévio à recusa de prestação de trabalho em regime de horário flexível solicitado pela trabalhadora com responsabilidades familiares, ...

1.2. Por carta recebida pela entidade empregadora em 27.09.2022, a trabalhadora submeteu o seu pedido de flexibilidade de horário, alegando para o efeito ser mãe de uma criança menor de 12 anos, que consigo vive em comunhão de mesa e habitação.

1.3. Requereu, nos termos do artigo 56.º e 57.º do Código do Trabalho, que lhe fosse atribuído, até que o seu filho atinja os 12 anos de idade, um horário de segunda a sexta-feira, compreendido entre as 10h e as 17h30, com intervalo de descanso de 30 minutos.

1.4. O pedido reúne os requisitos legais do artigo 56.º e 57.º do Código do Trabalho, pelo que se mostra legalmente admissível.

1.5. Por carta datada de 14.10.2022 e recebida pela trabalhadora em 20.10.2022, a entidade empregadora comunicou à trabalhadora a intenção de recusar o pedido de horário flexível solicitado.

1.6. Após a receção da intenção de recusa, a trabalhadora dispõe de 5 dias para, querendo, apresentar apreciação à intenção de recusa (no caso, até 25.10.2022).

1.7. Nos termos previstos no n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, nos cinco dias subsequentes ao fim do prazo para apreciação pela trabalhadora, a entidade empregadora deve remeter o processo para a CITE, com cópia do pedido, do fundamento da intenção de o recusar e

da apreciação da trabalhadora (no caso, até 31.10.2022).

1.8. Assim, analisada a documentação carreada para o processo, verifica-se que a entidade empregadora excedeu o prazo previsto na disposição legal suprarreferida, porquanto dispunha até ao dia 31.10.2022 para remeter o processo à CITE e só o fez em 25.01.2023.

1.9. Com efeito, dispõe a alínea c) do n.º 8 do artigo 57.º do Código do Trabalho que, caso a entidade empregadora não submeta o processo à CITE, dentro do prazo de cinco dias, considera-se que aceitou o pedido do/a trabalhador/a nos seus precisos termos.

1.10. Assim, face ao que antecede, a CITE emite **parecer desfavorável** à recusa da entidade empregadora ..., relativo ao pedido de horário flexível, apresentado pela trabalhadora com responsabilidades familiares ..., uma vez que o pedido se considera aceite nos seus precisos termos.

APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA CITE DE 15 DE FEVEREIRO DE 2023.